

**O CANTO DAS SEREIAS: À PROPÓSITO DO TEXTO  
ESTRUTURA, ESTRUTURALISMO E HISTÓRIA  
ESTRUTURAL DE JURANDIR MALERBA**

*Astor Antônio Diehl\**

---

**Resumo.** Com o presente artigo objetivamos trazer ao debate algumas considerações sobre o texto *Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural* de autoria de Jurandir Malerba. As considerações partem de três pressupostos: a História como processo de generalizações de motivos e interesses; a História como orientação concebida a partir da experiência e, finalmente, a História como apresentação exemplar de modelos normativos da práxis social. Os três pressupostos, entendidos como limites e possibilidade do conhecimento histórico, são discutidos dentro dos horizontes de mudança historiográfica atual.

**Palavras-chave:** História estrutural; Teorias da História; cultura historiográfica.

**THE MERMAID SONG: ON THE TEXT STRUCTURE,  
STRUCTURALISM AND STRUCTURAL HISTORY BY  
JURANDIR MALERBA**

**Abstract.** With the present article, we aim to bring into the debate a few considerations on the text *Structure, structuralism and structural history* by Jurandir Malerba. The considerations are based on three postulates: History as a process of generalizations of motives and interests; History as guidance conceived based on experience; and finally, History as an exemplary presentation of normative models of social praxis. The three postulates, understood as limits and possibilities of historical knowledge, are discussed within the scope of current historiographic change.

**Keywords:** Structural history; Theories of History; historiographic culture.

---

\* Professor da Universidade de Passo Fundo.

## EL CANTO DE LAS SIRENAS: A PROPÓSITO DEL TEXTO ESTRUCTURA, ESTRUCTURALISMO E HISTÓRIA ESTRUCTURAL, DE JURANDIR MALERBA

**Resumen.** Con el presente artículo pretendemos debatir algunas consideraciones sobre el texto *Estructura, estructuralismo e historia estructural*, cuya autoría pertenece a Jurandir Malerba. Las consideraciones parten de tres presupuestos: la Historia como proceso de generalizaciones de motivos e intereses; la Historia como orientación concebida a partir de la experiencia y, finalmente, la Historia como presentación ejemplar de modelos normativos de la praxis social. Los tres presupuestos, entendidos como límites y posibilidad del conocimiento histórico, son discutidos dentro de los horizontes del cambio historiográfico actual.

**Palabras clave:** Historia estructural; Teorías de la Historia; Cultura historiográfica

---

Tenho muito medo de um movimento intelectual se transformar num slogan, pois há sempre o perigo de autocomplacência intelectual, ou seja, de se acreditar que se está no único caminho correto, verdadeiro.

Carlo Ginzburg.

Antes de entrar no texto do professor Malerba gostaria de me livrar de duas ou três coisas que acabam pesando sobre os ombros da Clio sem que - eu acho - ela ao menos desconfie.

Primeiro li uma vez o texto, tentando olhar sobre os ombros do nosso autor. Entendi o texto erudito como sendo hermético, fechado, de difícil acesso. Nosso autor constrói uma teia de erudição que, naquele momento, parecia impenetrável. Depois pensei no canto das sereias quando da busca do tição de ouro; que no texto haveria algo de subliminar que eu não estava conseguindo compreender: uma crítica consistente, na qual o autor revela argumentos imbatíveis para um leitor mediano como eu. Deixei então as sereias contarem com suas metáforas atrativas para o gosto dos iniciados para então entender - conforme nosso autor - “as pretensões excessivas e confiança mal-situada”. Que cantem as sereias! Elas acabam atraindo também os mais experimentados.

A segunda leitura foi feita na tentativa de ocupar o lugar do nosso autor. Imagino o Jurandir Malerba escrevendo o seu texto e o endereçando para um determinado contexto. Aqui não me interessa qual o endereço da sua mensagem, bem como não me interessam aspectos que estejam intrínsecos no texto. Veja-se que aqui já estamos no cerne da

questão. Dentro dessa segunda leitura, chama minha atenção o fato de que eu não consigo entender o porquê do mal-estar quanto à relação da noção de estrutura e de acontecimento.

Para nós da História isso poderia ser uma questão já superada e resolvida se não sofrêssemos de uma espécie de *Ignava ratio*. Claro, tudo isso é especulação em relação aos propósitos do autor, mas é também nossa função desconstruir os discursos herméticos e cheios de artimanhas, sobretudo os inteligentes, como o escrito em questão.

Todos nós, de uma ou outra maneira, já fomos vacinados contra a idéia de que na História as coisas possam mudar como em qualquer outra ciência. Neste sentido entendi o texto em questão em dois momentos bem definidos. O primeiro momento vai até o subtítulo *Estrutura e duração*. Neste momento existe certa má vontade (desculpe a expressão) do autor em reconhecer o fato de que o estruturalismo contribuiu para o conjunto das ciências e da cultura em geral.

Li um autor preocupado em atacar o estruturalismo, a antropologia e, especialmente, Michel Foucault. Por sinal, este último poderia perfeitamente ter ficado de fora. Entretanto, já que Foucault foi colocado na **cena do crime**, preciso fazer-lhe as vezes. Farei isso não por que seja adepto da obra de Foucault, mas por ter ele mostrado as lacunas das ciências humano-sociais. Neste caso, não podemos simplesmente reduzi-lo e à sua obra à condição de alguém ou algo que se volta *contra a historicidade, contra o historicismo, a história como totalidade, como referente contínuo*; ou, em outras palavras, não podemos vê-lo como um autor que trabalha unicamente com as descontinuidades.

Posso até entendê-las, mas não posso subscrever as críticas dos marxistas a Foucault. Nessas críticas, em especial, se dirigem mais ou menos àquilo que o professor Malerba aponta na discussão entre estruturalismo e acontecimento. Parece que essa discussão se tornou incompatível, pois Foucault não pode ser reduzido ao discurso como aquilo que decorre da **teoria da cebola**. Entre o céu e a terra existem na sua obra elementos e possibilidades que partem dos discursos científicos (a arqueologia), passam pelas questões do poder (genealogia) e desembocam no sujeito ético, quando exatamente Foucault quebra sua historicidade na reconstituição e se volta para o Mundo Antigo – sujeito (História da sexualidade).

Outro aspecto que me chama a atenção, relacionado às contribuições - ou melhor, às não-contribuições de Foucault, seria que

ninguém conseguiu explicar até hoje, nem o próprio Foucault, como em seu pensamento se daria a passagem de uma episteme a outra. Ora, não podemos reduzir a mudança de episteme do século XIX de Foucault, conforme o texto, a mero instrumento de um jogo de poder, nem por isso o próprio deixou evidenciado a partir de qual episteme se enuncia o seu discurso – e a que posições/interesses serve.

Concordo com Malerba em que Foucault leva o discurso às suas últimas conseqüências, mas dele discordo quando afirma que é “fundamental a destacar dessa exorbitação da linguagem atrela-se ao problema da ruptura entre conhecimento e verdade, já que nenhum referente existiria fora do discurso”. Para este caso específico bastaria a leitura de obras como *Arqueologia do saber* e *As palavras e as coisas*, ainda da década de 1960, para nos darmos conta do fato de que os discurso científicos têm historicidade, autoria, contexto, etc. O mesmo aspecto poderia ser recolocado em relação às questões do poder na *Microfísica do poder*, agora já nos anos 1970.

Malerba, eu estou interessado e acho que deveríamos fazer a seguinte pergunta: por que tudo isso veio parar na História? Se ao mesmo tempo Foucault contribuiu para ampliar os horizontes do pensamento histórico contemporâneo, não tenho dúvida - como você também escreve - de que a sua recepção nos levou a fissuras profundas quanto às questões epistemológicas. Não critico o fato de Foucault ter iniciado, e mesmo consagrado o relativismo, mas sim, o de que nós da área de História efetivamente fizemos pouco para construir um fundo epistemológico para a disciplina que pudesse lhe garantir a plausibilidade para o conhecimento histórico nos rumos que você reivindica no debate.

Penso que neste caso vale a teoria do chapéu estendido. De chapéu na mão rodamos as demais ciências humanas como pedintes em busca de conceitos como descrição densa, estrutura, antropologia histórica, etc. Então, se entrarmos na discussão dessas ondas alheias e fragmentárias, nós estamos sujeitos ao relativismo, ou mesmo a sermos engolidos pela estruturas do imaginário.

Nessa segunda parte do texto, de passagem, me ocorre que não divirjo tanto assim. Bastaria buscarmos o livro de H. I. Marrou (1975), dos anos 1950, titulado *Do conhecimento histórico*, para demonstrar que nós da História temos um apetite monstruoso pelo novo, pela subjetividade, pelo extraordinário, porém avançamos sobre esses temas sem um arcabouço teórico-metodológico discutido para enfrentá-los. É muito

necessário um fundo epistemológico da História como disciplina. É por isto que nas últimas páginas de seu texto você ameniza a conversa, especialmente quando a questão é tratada a partir de Koselleck (1999, p. 111 *et seq.*), pois nem eu nem você temos respostas seguras para a crise da razão histórica (aliás, esse é um historiador sério). Entretanto, minhas suspeitas se devem à nossa incapacidade – como comunidade – de colocar tais aspectos em pauta. E nisto o seu texto é corajoso.

Qual é então a opção ou as opções que temos? Regulamentar, penso que não, pois não temos as prerrogativas sobre o que deveria ser produzido como conhecimento histórico no sentido da verdade e da validade social desse mesmo conhecimento.

Todos nós já sabemos que, a partir dos anos 1980, especialmente nos anos de 1990, a cultura em torno do pensamento histórico teria perdido, em tese, sua capacidade de explicação estrutural dos movimentos sociais e dos processos que propunham a civilização (WEHLER, 2001).

As histórias narradas perderam também muito de seu sentido original glorioso e heróico. Sua energia e pedagogia explicativa inicial dos grandes feitos modernizadores cedem lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados.

Parece-me que o passado dos feitos gloriosos e positivados através das concepções vindas desde o esclarecimento já não mais consegue iluminar os trilhos por onde a locomotiva da história, com sua carga preciosa e esclarecedora trazida do passado, pudesse passar rumo ao futuro. Disso a historiografia brasileira já nos deu amostras importantes.

A consciência dessa perda irreparável, promovida pela mudança paradigmática nas formas de produção do conhecimento, ao que tudo indica, gerou o afastamento das histórias e das representações estruturais de caráter eminentemente materialista. Em seu lugar crescem as histórias culturais e de caráter antropológico, próximas daquilo que no texto é criticado com muita propriedade. Não são mais os modelos conceituais teóricos aqueles capazes de dar conta da ambição explicativa, a memória agora é que passa a assumir importância.

Veja-se que a reconstituição das memórias coletivas e individuais permitiu o desdobramento metodológico para uma infinidade de possíveis escalas e leituras do passado. Este é exatamente o ponto de inserção de estratégias hermenêuticas na compreensão do passado e,

conseqüentemente, do exercício para romper com a exclusividade da verdade científica (VATTINO, 1996; HUTCHEON, 1991).

Como não é mais possível contar com as luzes de uma “verdade” de exclusividade científica, do progresso e do projeto legitimado pela linearidade temporal, a ênfase recai sobre as ruínas, os restos e as lembranças que sobram dos processos de modernização, os quais pairam como fantasmas sobre nossas cabeças, embrulhados com ornamentos bastante atrativos, como o canto das sereias.

Em termos de representações históricas, nós assistimos à formação de verdadeiras tendências historiográficas, cada qual se apegando em um tipo de resto ou rastro para, a partir dele, dimensionar os sentidos de uma disciplina autônoma para reconstituir o passado. Não gostaria de fazer uma avaliação desse contexto, mas o fato é que seus desdobramentos contribuíram para esse estado de coisas.

A projeção modernizadora, nos tempos passados, colocou para a memória um papel menos importante, sobre o qual, além disso, pesava a terrível desconfiança quanto a sua capacidade heurística, apesar de toda a cultura histórica ocidental estar completamente assentada sobre essa mesma memória.

Essa desconfiança em relação à memória passada do estruturalismo parece-me que está sendo superada (DIEHL, 2006). Aliás, o que sobrou dos tempos heróicos é somente a sua própria memória. Não obstante, a sua reabilitação como fonte de informações e conhecimentos parece ser a tônica mais importante da cultura historiográfica atual.

A atualidade do tema “memória” vincula-se também à falência da ação e das leituras entrópicas, promovidas por pensadores modernos, que remetiam o imaginário social da cena ao projeto de segurança e de um mundo presente quase perfeito no futuro. Nesse caso, a certeza científica e as filosofias especulativas da história quanto ao futuro cegaram as possibilidades de existir a contingência na história.

Ora, evidentemente essa reorientação não é feita de forma indolor. Há uma espécie de desespero diante daquilo que a memória possa nos revelar. A memória, em suas múltiplas leituras possíveis, revela os escombros, as ruínas e os processos de desintegração, tornando-se ela um testemunho do passado, no qual o progresso romperia com as

estruturas tradicionais<sup>1</sup>. O passado passa a ser percebido como um imenso espaço temporal (temporalidades), constituído de coisas desconhecidas, porém disponíveis para um processo de reconstituição inventiva.

Diante dessa diversidade reveladora da memória social, escrita e oral, o historiador já não consegue ter certeza absoluta sobre o ato de reconstituir e significar o passado. O historiador passa a ter insegurança epistemológica e disciplinar e assim bate às portas das demais ciências humanas com a mão estendida, na qual lemos um pedido de ajuda.

Primeiro foi a interdisciplinaridade, depois veio a multi e a trans e agora a metadisciplinaridade (SCHNITMAN, 1996). Está claro que tal refinamento da rede metodológica de aproximação das disciplinas servirá para captar não mais os processos modernizadores, mas, sobretudo, as ruínas, resultantes do processo de ação do tempo. O mesmo poderia ser dito em relação ao estruturalismo.

O historiador, que antes varria a sala, deixando-a brilhante, livre de culpas e ressentimentos, deu-se conta de que todos aqueles restos varridos formavam um entulho de representações simbólicas no meio da sala, porém debaixo do tapete. Nosso esforço para higienizar o ambiente – racionalizando o passado em História -, condenou-nos a cair sobre a própria armadilha na sala.

Nosso olhar fixo e alienante no futuro nos transformou em uma autoridade com conhecimentos esclarecedores para visualizar perspectivas de futuro para a sociedade; porém bastou uma dobra no tapete para que nos debruçássemos sobre as ruínas, varridas para baixo do tapete.

Não obstante, setia insuficiente apenas a consciência daquilo que fora condenado no passado. O historiador precisou outros instrumentos metodológicos para poder dar conta de novos sistemas de referência e sentidos atribuídos aos fragmentos para então construir uma representação nova - portanto, mais significativa - para o passado. Essa foi a fissura pela qual tudo veio parar na História.

A História encontraria na origem, na alegoria e na estética seu modo de representação. Tais tendências mostram a larga receptividade da

---

<sup>1</sup> Observa-se atualmente um reaquecimento dos estudos sobre o trágico. Ver, a título de exemplificação, os artigos publicados recentemente na REVISTA DE FILOSOFIA POLÍTICA. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, de 2001.

obra de Walter Benjamim e de Michel Foucault na elaboração de leituras quanto ao progresso, à técnica, à aproximação entre história e literatura, à antropologia e às novas formas de apreender as relações de poder (DIEHL, 2002) nas configurações mais íntimas do cotidiano.

Por outro lado, o tropeço no tapete da sala também possibilitou que os destroços do passado irrompessem na cena contemporânea; porém a diferença agora está no fato de não se poderem usar mais aqueles modelos teóricos tradicionais de seleção, de classificação e de identidade sobre os restos como se fazia no passado, sem pelo menos relativizá-los.

A heterogeneidade temporal, cultural e política, juntamente com o presentismo, impede-nos de fazer tábua rasa do passado em termos de sentidos e significados (GUMBRECHT, 1998). A heterogeneidade também revela o espaço cultural contemporâneo saturado, mas, essa mesma heterogeneidade pode levar-nos a duas orientações diferentes e contraditórias: a reação e a criação.

A situação do espaço cultural pode gerar uma reação entendida aqui como um obstáculo à originalidade, à inovação ou mesmo à impossibilidade de produção de novos conhecimentos (MOZER, 1999). Tudo já teria sido dito, feito e narrado. Restaria então uma espécie de saída estratégica em direção ao mundo primitivo, situado em algum momento antes da modernidade; um desejo de busca da comunidade, do pequeno, da experiência, do micro e – por que não dizer? – de recolocar o sujeito ético-moral no centro do palco.

A semiotização atual retirou os sentidos de sua clandestinidade, e nesse aspecto, em termos dos microterritórios de sociabilidades, vale a política do plano de reconstituição dos sentidos lá onde existem as privacidades e as intimidades. Estaríamos encaminhando para uma ciência do texto em detrimento daquela vinculada à relação demonstrativa e explicativa do homem-natureza? (SARTORI, 2001). Assim, o contexto do tempo presente pode, perfeitamente, revelar as estratégias para a formação de desejos e significados no campo social e cultural.<sup>2</sup>

Essa nova tendência mostra-nos que, em termos de totalidades, a compreensão do cultural seria entendida apenas como a política do plano concluído e como estratégia que somente positivada reconheceria o visível *a priori* estabelecido pelos conceitos.

---

<sup>2</sup> Fizemos esses cruzamentos em Diehl (2007).

De uma ou outra forma, temos a orientação pela qual a situação do espaço cultural pode mostrar que a saturação é percebida com condição *sine qua non* de produção de novos sentidos. Aquilo que aparecera debaixo do tapete seria a matéria-prima para a constituição dos novos campos das significações.

O custo social da modernização seria agora visto não mais como obstáculo, mas como o recurso para sua reutilização através dos esforços da metanarrativa, metaficção ou intertextualidade (HUTCHEON, 1991).

Configura-se, portanto, um terreno fértil e promissor ao avanço do debate das narrativas pós-modernas, numa espécie de modo de produção das subjetividades através de uma ciência do texto, como referimos acima.

Neste caso, uma primeira orientação resultante é aquela que parte da recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa, sendo esta vista não mais como uma deformação ou mesmo sinônimo de desordem, mas como constituição de um sistema com uma lógica que trabalha com sentidos pré-constituídos e múltiplos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem um papel central. O conteúdo propriamente dito torna-se o campo da demonstração sobre o qual se narra e se estetiza.

As múltiplas recombinações possíveis no sistema levam a implodir as bilateralidades de posições. Quebram-se assim as oposições, tendo-se, por outro lado, dificuldades em diferenciar a produção da reprodução, ou a originalidade da resignificação. Por vezes, essa tendência é duramente criticada como sendo mera reciclagem, pastiche ou mesmo canibalismo cultural, crítica com a qual de antemão não concordamos. O mesmo serve para ilustrar a larga recepção de noções do estruturalismo.

Todo esse processo estaria levando ao esgotamento cultural, à falta de originalidade e à ausência de crítica (SOKOL; BRICMONT, 1999). Transportando este contexto para o ambiente atual na cultura historiográfica brasileira, podemos entender esta como sendo de incessante crítica à razão histórica (CUCHE, 1999).

Uma segunda orientação avança para além desta perspectiva, mas não deixa de se refugiar no antimodernismo comunitário, desta vez supostamente identificada na conotação política de vanguarda historiográfica. Deixou-se de perseguir as explicações racionais sobre as razões estruturais e conjunturais de determinadas configurações históricas

em nome de possíveis orientações pós-modernas, apresentadas com os mais diversos matizes teóricos (SEMPRINI, 1999).

A pergunta que podemos fazer aqui é a seguinte: por que isso estaria ocorrendo? Gostaria, então, de levantar algumas suspeitas para a possível compreensão desse contexto.

Primeiramente, vivemos num “clima” deixado pelas frustrações intelectuais e sociais, pois as revoluções otimistas, aquelas que projetavam uma solução de redenção do homem no futuro, não aconteceram nos moldes teorizados. Isso sem dúvida sempre foi um risco, há aqueles que ainda insistem em querer legitimar projetos, mesmo isto não sendo função do conhecimento histórico. Tal fato é uma das origens de certo pessimismo em relação ao futuro coletivo e à própria possibilidade de mudança social.

Esse aspecto, por sua vez, gerou uma crise de critérios científicos e racionais do *establishment* sobre o qual tais paradigmas orientadores estavam assentados (LECHTE, 2002). Convivemos assim com a precariedade numa época em que o conhecimento é sustentado por liminares, com a intransparência teórica no sentido de Habermas e, em alguns casos, com a demissão da própria razão de seu posto, alcançado na sua trajetória desde o iluminismo.

Em segundo lugar, o clima é de fragmentação da ordem estabelecida. Essa fragmentação é uma das conseqüências dos próprios processos de modernização que explodem as tradições historiográficas e culturais, legitimadas pela onda estruturalista. A fragmentação, em termos de teorias, não é novidade, pois ela acompanha a própria constituição da modernidade, e mesmo você, Malerba, busca suas raízes bem cedo no século XX.

Essa situação no momento presente nos deixa numa atmosfera de insegurança, uma vez que os antigos critérios não cobrem nem conseguem capturar mais a realidade que pretendemos reconstituir e, além disso, desconfiamos profundamente das novas concepções (SANTOS, 1999). Sem dúvida, os processos de modernização geram custos sociais e culturais, apresentados através da historiografia das representações fragmentadas. Portanto, já que a sociedade e o coletivo estariam fragmentados (fracionados e muitas vezes hostis entre si), a tendência básica é um retorno ao indivíduo e ao sentido da subjetividade. Nesta perspectiva, existe uma forte tendência de individualização do passado pelos olhos do presente.

Em termos historiográficos isso se evidencia através de representações do passado na configuração do retorno das soluções micro, das regionalidades e das territorialidades do desconhecido; e das representações do imediato, do discurso, orientadas - assim penso - pelas pesquisas do psíquico, do místico, do religioso, das cotidianidades e das experiências simbólicas.

Pois bem, os dois aspectos que apontamos acima gerariam alguns dilemas - eu diria estruturais - que avançam sobre nossas posturas acadêmicas e profissionais. Ao nível acadêmico apresentam-se dois vetores: o afastamento do discurso da responsabilidade acadêmico-social em termos de mudanças estruturais e a crítica conformista da sociedade através das perspectivas acima descritas.

Já ao nível dos resultados de pesquisas e temáticas abordadas temos um retorno ao cotidiano, uma espécie de enclausuramento, de isolamento do indivíduo ou de pequenos grupos - quase tribos - em si mesmos, formando as ilhas do passado histórico. Existiria, então, uma fuga orientada que vai da esfera pública para a privada, para as abordagens das soluções especiais e imediatas (MAFFESOLI, 1999), porém sempre se levando em conta as possibilidades que tais tendências oferecem na produção de significados nas representações sobre o passado.

Em tese, o momento seria dos cotidianos íntimos da vida, das experiências micro. A vez é das bruxas, das feiticeiras, dos loucos, dos vadios, dos homossexuais, dos gestos significativos, porém individualizados, tais como a clandestinidade, o medo, o desejo, a angústia, etc. A vez também seria daquilo que se denominaria de compensações dos custos resultantes dos processos de modernização (GIDDENS, 1991) otimista-lineares, daquilo que historicamente foi jogado na lata de lixo pela ciência formal e pelos projetos políticos excludentes.

Essa tendência parece-me sintomática, especialmente quando insistimos em procurar no passado aqueles gestos significativos que compensam a falta de critérios objetivos no presente, preenchendo assim a câmara de vácuo deixada pelas filosofias da história. Radicalizando, poder-se-ia perguntar: romantizamos, idealizamos aspectos do passado num esforço para restabelecer a ordem e o paraíso perdidos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver outra proposta em Löwy (1990).

Esta última orientação, por certo, não é ingênua e não estaria longe de justificar e legitimar o ressurgimento de mitos tão caros do século XIX, como os da nação, do Estado, do étnico, da personalidade, da geopolítica, do politicamente correto e da tradição cultural como elementos autônomos. Nesse caso, não importa sejam eles percebidos como os licores dos deuses, como as culpas induzidas pelos desejos ou como sofrimentos pela percepção da realidade desconcertante. Isso traz de volta a estratégia das soluções imediatas, localizadas e carismáticas. Nesse ponto, estamos novamente situados de frente com o tema dos processos de identificação e com a identidade como tal, portanto, com os sentidos e validade do conhecimento histórico.

Visto isso, uma perguntar de via dupla continua a perturbar: essas novas perspectivas efetivamente colocariam a História como disciplina em xeque ou essas novas tendências, em seu somatório, estariam propiciando um avanço em termos de compreensão do passado?

Em outras palavras, quero dizer que é possível evidenciar isto com uma argumentação abstrato-teórica numa relação de racionalidade dos fins e racionalidade de sentido e de valor.

A crítica se incendeia, sobretudo, sobre os processos históricos nos quais se fizeram presentes no sentido de um ilimitado desdobramento técnico, instrumental e estratégico de fins previsíveis em todos os setores das experiências.

Esses processos explodiam as culturas, as quais amarravam e asseguravam o **agir** humano das sociedades pré-modernas em tradições intransponíveis como fontes de sentido. Max Weber caracterizou essa transposição de limites com a sua noção do **desencantamento**.

Com isso, Weber apontou indiretamente para o fato de que a introdução, desenvolvimento e institucionalização de sistemas racionais de fins, em todas as relações sociais e de vivência cotidiana, inclusive na ciência, sugerem de forma crescente um déficit das potencialidades de sentido e de impulsos inovadores. Além do mais, ele descreveu claramente esse outro lado da medalha, ou seja, esse desencantamento do pensar tradicional histórico: decisões irracionais sobre os altos valores estariam colocadas contrariamente a uma realidade que parece significar a corrente **caótica dos acontecimentos**.

Essa sombra do sentido da racionalização e do processo modernizador provoca, então, a procura por compensações. Nesse caso, o progresso passaria a ser visto pelo **nevoeiro** das ideologias ou pelos

experimentos irracionais ou pseudo-religiosos, ou mesmo por impulsos fundamentalistas e carismáticos. As ciências validaram esse vazio de sentido com a etiqueta da liberdade de valor, ou mesmo com argumentação intelectual.

O que se percebe ao analisar a historiografia atual, produzida em grande parte nos departamentos de história, é um discurso acadêmico assentado em características como: propõe e apenas alcançaria uma crítica conformista; fomenta e amplia o retorno ao indivíduo e as soluções carismáticas e de exceções. Numa perspectiva crítica, tais características assumidas pela historiografia contemporânea denotam um potencial de encantamento do conhecimento.

A superação da até agora válida noção de progresso científico significa, contrariamente, que a mais restritiva racionalidade dos fins do progresso devesse ser diagnosticada para uma ampla qualidade da razão em termos de orientação da ação humana.

Razão significa, aqui, devolver e operacionalizar novas possibilidades de ações sobre critérios de sentido e validade que se unificariam na universalidade, na liberdade e na dinâmica temporal do trabalho, nas formas de poder e na especificidade das culturas.

Esses critérios não apenas exprimem princípios de possibilidades da ação, mas os deixam abertos e atuais. Eles podem servir de elementos de discussão sobre a racionalidade nas sociedades - modernas ou não -, portanto sobre as idéias econômicas de superação das necessidades materiais, o reconhecimento social das potencialidades e chances, bem como a participação política cada vez mais ampla no poder, e propiciar o entendimento cultural sobre uma pluralidade de identidades particulares - mesmo porque a especificidade só pode adquirir sentido no universal, e vice-versa.

Essas chances também podem quebrar a vontade maculada da racionalidade dos fins em relação ao poder. Os direitos humanos são exemplos significativos. Eles nos mostram algo sobre as potencialidades da razão nas formas de vida contemporâneas. Porém esses mesmos direitos humanos não conseguem brotar desta forma de racionalidade, apesar dos estímulos para uma ação prática racional na orientação da vida.

Não obstante, a concepção tradicional também está limitada, porquanto se acreditava que, através dessa concepção o processo histórico real provocara uma substituição de períodos históricos na sua

totalidade: o anterior seria substituído pelo posterior e assim por diante, de forma que não ficava nenhum espaço para o sentido interno e externo dos tempos históricos diferenciados.

Essa limitação se deixaria superar se na categoria progresso estivessem embutidos elementos do pensar utópico, mas esses elementos foram expurgados ao longo do processo do desenvolvimento histórico.

A qualidade central de alteridade para a consciência histórica do passado em relação ao presente se carrega de novo significado. Com isso, o futuro ganha novas dimensões em termos de possibilidades históricas no horizonte das expectativas, as quais não poderão estar presas desde o início aos pontos de vista de sua real concretização, mas sim, às idéias de futuro no passado. Mas isso pode ser uma opção.

E no caso do conhecimento já estabelecido?

Nesse aspecto, em especial, já não cabe aplicar uma crítica reducionista, pois entendemos que essa postura está, se não superada, pelo menos com seus dias contados. A historiografia não se realimenta apenas com a rotina da pesquisa, dos processos de trabalhos racionais, desencantamentos do passado, mas dos novos questionamentos feitos ao passado, originados das (muitas vezes) incômodas experiências do presente.

Aqui o problema é duplo: uma vez a ciência histórica se defronta consigo mesma na perspectiva de sentidos e de funções e, outra vez, com as tendências que a colocam em questão. Portanto, chegamos novamente ao problema epistemológico a ser enfrentado.

Esta auto-avaliação implica que a História como disciplina precisaria examinar quais foram os instrumentos que utilizou até agora para fornecer orientação temporal e que na atualidade são questionados de forma radical. Penso que só então poderá ficar evidenciado onde estão as deficiências de orientação do pensamento histórico, as quais levam a uma reação às suas conquistas no processo de estruturação científica ou levam o próprio pensamento histórico a ser questionado como fator de orientação cultural na vida prática.

A discussão que envolve a História hoje demonstra a importância que ela continua tendo no contexto das ciências humanas. Ela está mais viva do que nunca, porém - eu concordo - fragmentada. Em face da ressonância e veemência dessa discussão poderia parecer que aí se encontrassem problemas relacionados com a situação de sociedade em

processo de modernização. A discussão se localiza, portanto, a meu ver, ainda dentro dos parâmetros e conceitos da modernidade. Parece que não precisamos criar mais um neologismo para tentar identificar a questão.

Por outro lado, talvez entre as formas mais sublimes do conhecimento está aquela que possibilita conectar passado e presente através de vestígios. Neste processo, a História pode revelar a condição humana naquilo que ela tem de mais fascinante e de mais temeroso. Nesta perspectiva, a noção experiência pode assumir condição especial nos estudos históricos.

O momento parece ser exatamente de revigoração cultural e de inserção hermenêutica na compreensão do passado e, neste sentido, rompe-se com o exclusivismo de uma verdade científica, fato que por si só já pode gerar alguns problemas com repercussões teórico-metodológicas.

Recentemente, Hans-Ulrich Wehler caracterizou o pensamento histórico da virada do século a partir da nova história cultural como possuidor de um déficit teórico-estrutural e como uma tendência carregada de abstinência política (WEHLER, 2001). Em outras palavras podemos dizer que estaríamos vivendo uma ressaca historiográfica. Enquanto isso, outros autores - como François Dosse (2001), Jörn Rüsen (2001), R. Koselleck (1993) ou Josep Fontana (1998) - estão buscando cada um à sua maneira ressignificar os sentidos do conhecimento histórico lá onde ele está sendo criticado como de conteúdo irracional. Penso que essa seja uma atitude científica a ser seguida. Caso contrário, continuaremos chorando o leite derramado e, além disso, fazendo a seguinte pergunta à moda romântica: como queríamos que tivesse sido?

É bem verdade que, em tese, podemos afirmar que estamos assistindo a uma luta encarniçada entre as noções de espaço e tempo, a qual precisa sem dúvida de uma toponálise diferenciada a partir do acontecimento. O espaço antropológico está cada vez mais presente na experiência reconstituída em detrimento do tempo, e neste caso, a função do espaço é a de reter o tempo comprimido ou mesmo imobilizado. Na afirmação de Gaston Bachelard, o teatro do passado é a memória, onde o calendário do tempo só poderia ser estabelecido em seu processo produtor de imagens (BACHELARD, 1996).

Assim sendo, o espaço garante para a noção experiência um *locus* especial no debate historiográfico, numa espécie de revanche da experiência antropológica sobre a estrutura e do local da cultura sobre a

explicação. Está claro que a *descrição densa*, à maneira de Geertz, da experiência, enfatiza, de forma extraordinária, as formulações discursivas no passado sem a dinâmica do tempo, porém projetadas na atualidade como uma espécie de ciência do texto.

Esta rápida caracterização da cultura historiográfica, tendo como pano de fundo o texto em questão, é também uma marca cultural e contemporânea, identificada aqui como modernidade tardia. É certo que tais movimentos possuem ampla receptividade na disciplina e no pensamento históricos, e não poderia ser diferente.

Por outro lado, já entendemos que o conhecimento do passado como meio de redenção do homem no futuro produziu monstros terríveis, e o século XX é exemplar. Talvez o passado só exista mesmo apenas como experiência, como imaginação e como afetividade a partir do presente, cujas leituras são aquelas que nos remetem para o fundamento metodológico *do como é possível de ser reconstituído* o seu sentido clandestino. Essa talvez pudesse ser a questão de fundo a ser formulada ao estruturalismo como tal. Aliás, este exatamente seria um bom começo, lançando-se tal pergunta para Paul Ricoeur (1990) e Hans-Georg Gadamer (1997 e 2002).

Tal perspectiva, como a entendemos, representa o momento ou tempo de experiências que podem possibilitar o questionamento do presente pelo passado no sentido de reconstituirmos *as idéias de futuro no passado* e, sobretudo, compreendê-las como os argumentos para *uma cultura da mudança*.

Nesta orientação, a História como texto representativo das experiências humanas somente se deixaria explicar e compreender a partir de três funções específicas. Vejamos:

- a) História como o processo de generalizações de motivos, de ações e de representações de perspectivas de futuro no sentido de orientações dos objetivos individuais e coletivos para o futuro agir;
- b) História como a soma de ações orientadas em modelos de explicação da experiência, integrando os aspectos pertinentes à multiplicidade, à heterogeneidade da conduta de vida e às relações sociais;
- c) História como a representação exemplar de critérios de regulamentação de experiências que, por sua vez, sedimentam e

estabilizam a construção de modelos legítimos e normativos da práxis social.

Estas três possibilidades, como potencialidades da experiência histórica, poderiam ser diferenciadas em um número extraordinário de funções específicas da cultura propriamente dita, entre as quais podemos destacar as de motivação, de orientação, de satisfação, de disciplinação, de recrutamento e estratificação, de legitimação, de integração e, finalmente, de significação.

Metodologicamente, estas funções envolvem um amplo espectro de leituras e intertextos das experiências. Pois bem, onde podemos perceber o envolvimento da experiência? Podemos perceber seu envolvimento não apenas na materialidade da experiência, mas também em estruturas de representação tais como: na lembrança, na memória, na tradição, no simbólico, no imaginário, no psicológico, no local da cultura e, no caso da historiografia, em textos como resultados da racionalização e estetização das experiências.

De outra forma, não é desprezível que a situação nos apresente que a saturação de perspectivas micro e discursivas seja concebida como a condição maior de produção de novos sentidos.<sup>4</sup> Dessa forma, os custos da modernização seletiva não seriam mais percebidos como obstáculos metodológicos, mas sim, como recursos, como matéria-prima para sua (re)atualização através dos esforços da metanarrativa, da metaficção ou ainda da intertextualidade.

Destarte, o tempo de experiências presentes, percebidas através das idéias de futuro no passado e envolvidas tanto pela estética como pelas funções do conhecimento histórico, é um campo fértil, mas traz consigo alguns desafios, tais como: a analogia entre a reconstrução da biografia e a interpretação crítica através dela de estruturas simbólicas; a ciência não desempenharia mais seu papel de motor do pensamento, pois esta função estaria ocupada pela política; a história com plausibilidade científica não pode ter mais a função de propor identidades, pois a historiografia é o resultado de racionalizações metodológicas; a história, para poder dar conta desta busca de significações sobre experiências, precisaria ampliar seu lastro de conteúdos.

---

<sup>4</sup> Este aspecto implica em redimensionar apenas a percepção da racionalidade, mas, sobretudo, buscar uma compreensão mais ampla sobre a subjetividade. Ver Schnitman (1996).

Tais desafios poderiam orientar as possibilidades de reconstituição do passado, primeiramente, tal como este deveria ter sido; mas esta perspectiva traz consigo o sentido de uma leitura de significado romântico de como queríamos que fosse, e por outro lado, nós já compreendemos que esse passado nunca existiu nessa forma a não ser na afetividade mais subjetiva. Portanto, resta-nos a leitura do passado que nos remete para o sentido metodológico do como é possível ser reconstituído. Para esse empreendimento precisamos estabelecer novas parcerias metodológicas especialmente quando tratamos dos guardados da memória.

Ademais, fica a consciência de que aquilo que é denominado de conhecimento histórico está situado entre o fascínio da estética e o temor de suas respectivas funções no contexto de crise da razão, quando não de sua demissão entre os critérios de plausibilidade: o fio da navalha.

Dito de forma mais evidente, isto quer dizer da facilidade de cairmos na vala do reducionismo e relativismo, naquilo para o que Jurandir Malerba chama a atenção. É justamente esse o cordão umbilical entre a tradição e a inovação. Este cordão transmite os textos com o objetivo de consignar possibilidades para o psicanalítico e para a subjetividade na reconstituição do passado na perspectiva de potencializar os sentidos.

Esta possibilidade pode ser assentada num tripé, constituído pela *crítica da razão histórica* e seu redimensionamento, pelo estímulo argumentado para uma *cultura da mudança* e, finalmente, pela reconstituição das *idéias de futuro que se tinha no passado*. O passado está lá na cadeira de balanço nalgum lugar registrado na memória em processo de esquecimento, seja ela individual ou coletiva e, neste momento do debate, a História como disciplina parece que se aproxima do divã para um exercício terapêutico de sua própria trajetória. A questão é quem irá fazer o diagnóstico.

#### REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DIEHL, A. A. *As “brinca” e as “ganha”*: as ciências humanas em diálogo. Passo Fundo: UPF, 2007.

- DIEHL, A. A. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: UPF, 2006.
- DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.
- DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método I*. Petrópolis: Vozes: São Paulo: Ed. Universitária São Francisco, 1997.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método II*. Petrópolis: Vozes : São Paulo: Ed. Universitária São Francisco, 2002.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- GUMBRECHT, H. U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado*. Barcelona: Paidós.1993.
- LECHTE, J. *Cinqüenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- LÖWY, M. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1975.
- MOZER, W. Spätzeit. In: MIRANDA, W. (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.
- REVISTA DE FILOSOFIA POLÍTICA. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, v. 1, n. 1, 2001.
- RIKOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

- RÜSEN, J. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 9-22, dez. 2001,
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 11. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: Edusc, 2001.
- SCHNITMAN, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999.
- SOKOL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VATTINO, G. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WEHLER, H. U. *Historisches denken am ende des 20: jahrhunderts (1945-2000)*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001.